

JORNAL DE BRASILIA

Belmir Beting

O alívio de fora

Pela primeira vez, em cinco anos, o Brasil vai passar de doador de poupança a receptor de capital: o serviço da dívida externa, devidamente amaciado, deixará de fulminar o saldo da balança comercial. A economia brasileira, condicionada para um crescimento anual de 6,5%, voltará a contar com a razão suplementar da poupança externa de aluguel e espera inaugurar a recepção do capital de risco, com a decolagem do Fundo Brasil.

Fechando a roda, o realinhamento interno dos preços poderá inverter o fluxo do investimento direto das multinacionais que trocariam a remessa assustada de lucros pela reaplicação tranqüila dos próprios.

Sonho de uma noite de verão? Estamos apostando na reabertura dos cofres do mundo para o «bom risco» chamado Brasil. Uma expectativa encorpada, na madrugada enregelada de quarta-feira, pelo acordo do Clube de Paris: a dívida brasileira de 30 meses, de janeiro de 1985 a junho de 1987, só vai ser paga a partir de 1990, em seis suaves prestações anuais. Qualquer coisa parecida com US\$ 4,1 bilhões, dos quais, US\$ 3,2 bilhões já vencidos, para não dizer atrasados.

Fim da anemia?

Desde 1982, no estalar da «debt crisis» do Terceiro Mundo, o Brasil vive em regime de inadimplência técnica: sociedade ainda em construção, economia de investimento e não de reposição, estamos perdendo capital líquido pelos rasgos da dívida externa. Esse estado de hipoglicemia cambial jogou o Brasil nas garras da anemia aguda, vulgo recessão econômica. Cobraram a dívida na lata e suspenderam a rolagem da própria, cortando até mesmo os créditos de importação: as nossas compras lá fora, desde setembro de 1982, estão sendo feitas em «cash», à vista.

Em 1984, pela primeira vez desde 1817, o PNB ficou menor que o PIB: a perda líquida de capital, no serviço da dívida, sem cobertura suficiente nas demais contas do balanço de pagamentos, aproximou-se de 4,9% do PIB.

O aval político

Com o acordo de Paris, o governo Sarney empurra para o sucessor o pagamento de US\$ 4,1 bilhões, lavando as mãos feito Pilatos no crédito. E mais: os governos credores, que fazem o Clube de Paris, vão retomar os financiamentos das importações brasileiras. O Brasil volta a fazer compras pelo crediário.

Mais importante que os valores em jogo (reciclagem de um vigésimo, se tanto, da dívida total), é o desdobramento político do ajuste de Paris. Os governos credores ainda mandam nos respectivos bancos privados, cerca de 612 bancos americanos, europeus e japoneses, credores, em bloco, de US\$ 78 bilhões. Ao dispensar um tratamento diferenciado ao Brasil, o Clube de Paris está substituindo o FMI no papel de avalista político do maior devedor junto aos acionistas da comunidade bancária internacional.

O acordo de quarta-feira foi celebrado com um Brasil puxado a rebelde, porque rejeitando, ostensivamente, o monitoramento técnico (e político) do FMI.

O dinheiro novo

Com esse novo «cacife» político, o Brasil vai para Nova Iorque, semana que vem, na perseguição de um acordo igualmente relaxante com o carrancudo comitê dos bancos: o negócio é tentar o reescalonamento dos juros e do principal e reengatar o tubo de transfusão de dinheiro novo, que os americanos chamam de «fresh money».

Nos cálculos ou nos sonhos do ministro Dílson Funaro, o novo clima político instaurado pelo acordo de Paris permite ao Brasil propor, de cara limpa, uma reinjeção de US\$ 4 bilhões (incluídos os créditos novos do Clube de Paris).

O ministro vai despachar para Nova Iorque uma exposição de motivos curta e grossa: sem o amaciamento da dívida externa total, o Brasil coloca em risco o ajustamento da economia interna, com ou sem pacto social. A repactuação favorecida dos créditos vencidos e a recomposição imediata dos créditos novos significam, para o Brasil, uma questão política de vida ou morte: fazer o ajuste interno sem recessão ou tentar a façanha com recessão.

Sinal de perigo

No mais, é fazer figa pelo bom comportamento dos juros de mercado. A queda do dólar vai inflacionar a economia americana, que fechou 1986 com a menor inflação dos últimos 25 anos: 1,1%. O mercado interno absorve US\$ 1 bilhão por dia em mercadorias estrangeiras. E essas mercadorias, quando procedentes da Europa e do Japão, estão subindo de preço no desembarque nos Estados Unidos. E para onde os preços dos importados vão, os preços dos nacionais vão atrás.

E para onde a boiada dos preços vai, a vaca dos juros vai atrás. Ou na frente. Até porque, quando a inflação ianque levanta vôo, a Casa Branca dispara os mísseis da austeridade monetária, que realimenta a febre dos juros.